

A cooperação técnica e intelectual ou o conhecimento do *outro* para a paz mundial

CLÁUDIA NINHOS

Instituto de História Contemporânea
FCSH | Universidade Nova de Lisboa

QUINTINO LOPES

Instituto de História Contemporânea
FCSH | Universidade Nova de Lisboa

No pós-Primeira Guerra Mundial, à imagem do ocorrido nas décadas que precederam a criação da SDN, os intelectuais europeus olharam para a cooperação intelectual internacional como um meio incontornável para promover a paz. Acreditavam que a necessidade de conhecer e compreender o *outro* e, conseqüentemente, de aproximar os povos, seria mais facilmente concretizada através do intercâmbio e do diálogo educacional, científico e cultural (LAQUA 2011: 223-247; *La Coopération Intellectuelle et les Beaux-Arts*, 1927, p. 9). Esta questão integrou algumas das propostas apresentadas à Conferência de Paz, em 1919 (SCHROEDER-GUDEHUS 2014: 163). No entanto, quando em 1920 foi criada a SDN, este assunto não estava na agenda política da nova organização, mais preocupada em responder ao problema premente da segurança coletiva do que em desviar a sua atenção para questões colaterais. Aliás, o Pacto da Sociedade das Nações não previa sequer a criação de um organismo que se ocupasse da cooperação intelectual (LAQUA 2018: 62).

A pressão exercida por parte de cientistas e intelectuais de renome fez inverter esta situação, garantindo que a SDN também iria assumir a coordenação da cooperação intelectual. Um dos grupos de pressão foi a União das Associações Internacionais, pela mão do seu líder, Henri La Fontaine. La Fontaine, prémio Nobel da Paz em 1913, integrou igualmente a delegação da Bélgica na Conferência de Paris de 1919 e na Assembleia da Liga das Nações, tendo sido um pacifista militante. Leon Bourgeois, delegado da França na SDN e internacionalista convicto, era outro dos delegados favoráveis a esta questão (NIESS; VAÏSSE 2006). Bourgeois advogava que a tarefa mais urgente da SDN passava por examinar os sistemas e métodos de educação, e promover a investigação científica e filosófica. Acresce a ação de Gilbert Murray, membro da delegação da África do Sul, que também preparou um relatório sobre a questão, o qual foi apresentado à Assembleia da SDN. Os documentos saídos das mãos de Bourgeois e de Murray foram cruciais no estabelecimento de um grupo que procedesse a um inquérito sobre a questão da cooperação intelectual, acabando a Assembleia por ceder e nomear

um comité para examinar as questões internacionais relativas à cooperação intelectual¹.

As vozes que no interior da Assembleia clamavam pela necessidade de promover a cooperação intelectual levaram aquele organismo a adotar uma proposta a 18 de dezembro de 1920 na qual se instava o Conselho da SDN a expor detalhadamente na próxima sessão, agendada para setembro de 1921, a sua opinião sobre a colaboração intelectual internacional e sobre a hipótese de criação de um organismo técnico que se encarregasse destas questões no seio da SDN².

A criação do Comité Internacional de Cooperação Intelectual

O Conselho da SDN não foi capaz de chegar a conclusões definitivas no pouco tempo que lhe foi dado. No relatório apresentado à Assembleia questionava-se se tal função não poderia ser assumida por uma organização já existente, como por exemplo a União das Associações Internacionais, ou se seria preferível criar uma instituição de raiz (SCHROEDER-GUDEHUS 2014: 163). Sem ser capaz de defender de forma sustentada uma das opções, escudou-se na necessidade de um estudo mais aprofundado sobre o tema.

A moção apresentada pelo Conselho da SDN para a criação de um Comité Internacional de Cooperação Intelectual (International Committee on Intellectual Cooperation/Commission internationale de coopération intellectuelle) foi aprovada por unanimidade pela Segunda Assembleia da SDN, a 21 de setembro de 1921. A criação do Comité «foi o primeiro passo para a criação de uma estrutura organizacional da cooperação intelectual internacional sob os auspícios da Liga das Nações» (BRZEZIŃSKI 2017: 56). No entanto, o projeto de resolução não «oferecia mais do que um estatuto muito provisório à futura Comissão para o estudo das questões internacionais de cooperação intelectual e de educação» (SCHROEDER-GUDEHUS 2014: 165).

Estabeleceu-se que as propostas apresentadas pelo Comité deveriam depois ser discutidas e submetidas a aprovação junto do Conselho e da Assembleia da SDN. O novo organismo deveria incluir mulheres e funcionar como instrumento de aconselhamento para a Sociedade das Nações, promovendo as relações científicas internacionais, o intercâmbio entre universidades, trabalhando ainda no âmbito da investigação bibliográfica. No fundo, recuperava-se uma

1 *Resolution adopted by the assembly at its meeting held on wednesday, september 21st, 1921 (morning)*. Disponível em: <http://libraryresources.unog.ch/ld.php?content_id=31405464>.

2 A principal obra escrita sobre o tema foi a tese de Jean-Jacques Renoliet (RENOLIET 1999). De destacar igualmente o trabalho de PHAM-THI-TU 1964.

velha tradição de intercâmbio cultural e acadêmico (LAQUA 2018: 61), que estivera interrompida durante os anos da Grande Guerra, e através da qual se procurava incentivar a formação de um sentimento internacional que contribuísse para a consolidação da paz entre as nações (RESENDE 2013: 1). Os seus membros deveriam desenvolver o seu trabalho numa base voluntária e reunir-se uma vez por ano, o que cedo se revelaria insuficiente para levar a bom porto as tarefas que tinham em mãos.

As doze individualidades que integravam o Comité foram propostas pelos governos dos Estados-membros, por instituições de investigação e pelo Secretariado da SDN. A escolha final coube ao Conselho da SDN, depois de difíceis negociações diplomáticas. A reputação intelectual dos escolhidos, associada ao seu comprometimento com a intervenção pública, foram fatores fundamentais. Para presidente do Comité foi eleito Henri Bergson, professor de Filosofia no Colégio de França e membro da Academia Francesa; para delegado foi escolhido Gilbert Murray, professor de Filologia Grega na Universidade de Oxford, membro do Conselho da Academia Britânica e delegado da África do Sul à Assembleia da SDN, enquanto o lugar de relator permanente foi assumido por Gonzague de Reynold, professor de Literatura Francesa na Universidade de Berna. Para secretário foi escolhido Oskar Halecki, que se manteve em funções até março de 1924. Os outros membros eram Kristine Bonnevie, professora de Zoologia na Universidade de Christiania e delegada à Assembleia da SDN; Jules Destrée, antigo ministro das Ciências e Artes, membro da Academia belga de literatura e língua francesa; Albert Einstein, professor de Física na Universidade de Berlim e prémio Nobel da Física, membro da Real Academia de Amesterdão, da Real Academia de Londres e da Academia das Ciências em Berlim; Francesco Ruffini, antigo ministro da Educação e presidente da União das Associações para a SDN e vice-presidente da Real Academia de Turim; Maria Skłodowska-Curie, professora de Física na Universidade de Paris e professora honorária da Universidade de Varsóvia, prémio Nobel da Física e da Química; Leonardo Torres y Quevedo, diretor do Laboratório de Electro-Mecánica em Madrid, membro da Junta para Ampliación de Estudios y Investigaciones Científicas e da Academia Real de Ciências, e por fim Aloysio de Castro, diretor da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro e membro da Academia Brasileira de Letras (WONSCH 2004: 509-520; RESENDE 2013; LAQUA 2011: 224-225).

Os EUA, apesar de não integrarem a SDN, eram representados por George Ellory Hale. Os doze membros deveriam representar todos os Estados que integravam a SDN e não os seus próprios governos. Einstein quis renunciar ao seu lugar pouco tempo depois de ser nomeado, mas acabou por reverter a sua decisão, uma vez que iria colocar em causa a imagem e a credibilidade do Comité perante a opinião pública. Demitir-se-á em março de 1923, como protesto pela

posição da SDN face à ocupação do Ruhr, posição que expôs por escrito na carta de demissão. Neste documento deixou bem claro que, em sua opinião, a SDN não tinha força, nem vontade, para cumprir a sua missão (SCHROEDER-GUDEHUS 2014: 178-179), estando a sua autoridade condenada desde o início. Um ano depois, Einstein será novamente reintegrado no Comité. A verdade é que a SDN não poderia abdicar de uma figura tão importante no meio científico e no movimento pacifista.

A composição do Comité foi-se alterando, naturalmente, ao longo dos anos e em 1939 possuía já dezoito membros. A partir de 1925 a presidência foi entregue a Hendrik A. Lorentz e em 1928 a função foi assumida por Gilbert Murray. Note-se que, embora constituída por personalidades eminentes de distintos países, extraídas dos mais diversos campos do conhecimento, da composição do organismo resultava uma clara hegemonia dos europeus – num total de nove membros entre os doze iniciais –, o que refletia, em parte, a crença arraigada na superioridade dos valores da «civilização» e da cultura europeias, e na necessidade de os disseminar mundialmente. Esta preocupação articulava-se ainda com a tentativa de assegurar a manutenção do *status quo* resultante da Grande Guerra, o que sobressai no facto de a única potência vencida e que se encontrava representada ser a Alemanha, por intermédio de Albert Einstein (RESENDE 2013: 1-3, 28). Por outro lado, possuía um programa muito extenso e complexo, que se estendia da defesa das profissões intelectuais à solidariedade internacional e espiritual, por meio da cooperação intelectual. O ceticismo em relação a esta instituição nunca foi ultrapassado, nomeadamente entre a imprensa norte-americana. Na verdade, o Comité não tinha sequer o apoio unânime da própria SDN ou dos seus Estados-membros.

A primeira sessão do Comité decorreu entre 1 e 5 de agosto de 1922, em Genebra, durante a qual se decidiu pelo estabelecimento de subcomités, formados pelos membros do Comité e por especialistas (BRZEZIŃSKI 2017: 56), com o objetivo de agilizar o funcionamento da instituição. Entre eles estavam o subcomité bibliográfico, o subcomité para as relações interuniversitárias e o subcomité para a proteção dos direitos de autores. Em 1925 foi estabelecido o subcomité para a literatura e a arte. Também foram criados subcomités nacionais, que deveriam funcionar como elos de ligação entre as instituições de investigação nacionais e o Comité. Os primeiros subcomités nacionais foram criados na Áustria, Bulgária, Grécia, Hungria, Lituânia, Roménia, Jugoslávia, Checoslováquia, Estónia, Finlândia e Polónia, na esperança de que funcionassem como motores de restauração da vida intelectual nacional em países muito afetados pela Grande Guerra, alargando-se posteriormente a outros países, incluindo os EUA, e a outras regiões do globo, como a América Central e do Sul, Ásia e África. Os representantes dos subcomités nacionais participaram no terceiro encontro

do Comité Internacional de Cooperação Intelectual, que se realizou em Paris, no início de dezembro de 1923, tendo sido decidido que estes seriam intermediários entre as organizações de investigação nacionais e o Comité (BRZEZIŃSKI 2017: 57). Cedo se verificaria que estes organismos eram atravessados por profundas contradições, na medida em que os comités nacionais representavam os interesses dos seus próprios países numa organização que aspirava à promoção do espírito internacionalista no domínio cultural.

O mais problemático é que não existia sequer consenso em relação à definição de cooperação intelectual no seio do Comité, o que tornava o processo de decisão extremamente difícil e moroso. Para evitar o desacordo face a assuntos difíceis, a discussão era mesmo evitada. Como refere Schroeder-Gudehus, foi por isso que os primeiros trabalhos encetados pela Comissão se centraram no estabelecimento de quadros comparados e na reunião de inventários (SCHROEDER-GUDEHUS 2014: 173, 175).

As contradições eram enormes e o Comité era encarado com ceticismo. Se, por um lado, países como a França, a Bélgica, a Polónia ou os países latino-americanos apoiavam a cooperação intelectual, a Grã-Bretanha, os países da Commonwealth, da Escandinávia ou a Holanda questionavam a sua eficácia e realçavam os escassos resultados obtidos. O delegado britânico, Lord Cecil, fazia questão de abandonar a sala sempre que a Assembleia da SDN discutia a cooperação intelectual, numa clara atitude de desaprovação (SCHROEDER-GUDEHUS 2014: 180). Para os britânicos, esta cooperação deveria ser institucionalizada no quadro das tarefas da SDN e não numa organização autónoma. Havia ainda outro pomo de discórdia, que era a questão da educação, já que os britânicos temiam a ingerência da SDN no sistema de ensino dos Estados-membros, o que explica que esta área tenha ficado de fora da esfera de atuação do Comité desde o início. Os britânicos preferiam, de longe, a assinatura de convenções bilaterais a uma solução multilateral sobre o ensino universitário (SCHROEDER-GUDEHUS 2014: 182).

Os dois secretários do Comité, o polaco Oskar Halecki e o romeno Georges Oprescu, eram considerados personalidades ligadas à «causa francesa». Segundo Schroeder-Gudehus, a influência francesa sobre a Comissão e a cooperação cultural e científica era o prolongamento da sua preponderância sobre a SDN, nomeadamente sobre o Secretariado, e em «toda a cena política europeia em geral» (SCHROEDER-GUDEHUS 2014: 183-184). E isto afetaria, portanto, quer a sua imparcialidade, quer as suas aspirações universalistas. Também os intelectuais alemães acusavam o Comité de os excluir deliberadamente e de o seu universalismo ser um embuste, mesmo se a SDN respondesse às críticas alemãs com o argumento de que a Alemanha estava representada no Comité por Albert Einstein. O próprio Gilbert Murray, em março de 1924, denunciou publicamente o antigermanismo da Comissão (SCHROEDER-GUDEHUS 2014: 195).

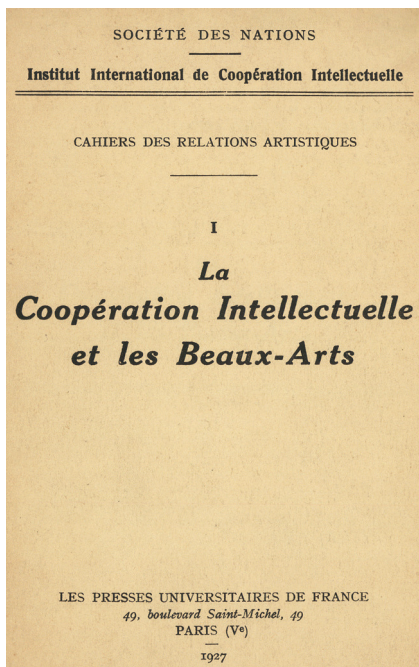
Na verdade, a nomeação de Einstein esteve envolta numa enorme ambiguidade. Ele foi escolhido pelo seu «génio», pela «notoriedade» e «convicções políticas», pelo seu pacifismo e universalismo, e não por representar o mundo de língua alemã (SCHROEDER-GUDEHUS 2014: 192).

Apesar da perseverança e entusiasmo dos seus membros, a atividade do Comité foi afetada, desde o início, pela escassez de financiamento e pela inexistência de um «aparato executivo» (BRZEZIŃSKI 2017: 58), o que dificultou o desenvolvimento da cooperação intelectual internacional. O Comité abraçou um amplo leque de projetos, desde a bibliografia científica ao desenvolvimento do Esperanto ou à situação dos trabalhadores intelectuais (SCHROEDER-GUDEHUS 2014: 185). A solução poderia passar pela aceitação de doações, algo que foi aprovado pela 4.^a Sessão da Assembleia da SDN a 23 de setembro de 1923. A primeira doação veio do governo francês, que ofereceu dinheiro e uma sede para um novo instituto de cooperação intelectual, que funcionaria como órgão executivo do Comité. Naturalmente, como observa Brzeziński, o objetivo não consistia somente em responder às dificuldades financeiras e administrativas da organização, mas em converter a França no «patrono da cooperação intelectual internacional», fomentando assim o seu próprio prestígio (BRZEZIŃSKI 2017: 57). Esta realidade deixava bem claro que os países projetavam as suas ambições nacionais e a sede de prestígio internacional na nova organização.

A criação do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI)

A oferta do governo francês levou à criação de uma nova instituição, dependente do Comité, mas que pretendia agilizar a cooperação intelectual. A SDN aprovou a criação do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (International Institute of Intellectual Cooperation/Institut international de coopération intellectuelle) a 23 de setembro de 1924.

O Parlamento francês autorizou a concessão de dois milhões de francos para apoiar o Instituto logo no primeiro ano de funcionamento. Julien Luchaire foi designado director-geral e o IICI foi inaugurado no Palais Royal, em Paris, a 16 de janeiro de 1926 (BRZEZIŃSKI 2017: 57). Na inauguração, Edouard Daladier, então ministro da Instrução Pública e Artes, procurou atenuar alguns receios associados à hegemonia francesa, garantindo que «o Instituto Internacional é animado pelo mesmo espírito de cooperação para a paz, para o desenvolvimento dos povos – igual e interdependente – que garante a grandeza da Liga das Nações. E se a árvore foi plantada nas margens do Sena, é alimentada pelos sucos de todos os solos» (apud LAQUA 2018: 62). Ainda que, de acordo com os seus estatutos, o conselho de administração do novo Instituto fosse composto pelos membros do



BNP B.A. 2949 P.

A criação de um instituto em Paris, com orçamento próprio e uma estrutura administrativa autónoma, encontrou a oposição imediata do Reino Unido, receoso de que aquele organismo se transformasse num instrumento ao serviço da hegemonia francesa no domínio das relações intelectuais. Para os britânicos, a iniciativa fora uma manobra da diplomacia cultural francesa, que visava a hegemonia da sua língua e da sua cultura no mundo (SCHROEDER-GUDEHUS 2014: 181). Não é por isso de admirar que alertassem sistematicamente para a preponderância francesa no seio do Instituto e do próprio Comité. Segundo Schroeder-Gudehus, as críticas e os receios britânicos acerca de uma forte presença francesa tinham fundamento, uma vez que os franceses encaravam o Instituto como um instrumento para a expansão da sua própria cultura (SCHROEDER-GUDEHUS 2014: 182-183).

O Instituto Internacional do Cinema Educativo

Em 1927, numa lógica de competição nacionalista, foi a vez de o governo italiano de Mussolini propor a criação de um Instituto Internacional do Cinema Educativo (International Educational Cinematograph Institute/Institut international du cinématograph éducatif), com sede na cidade de Roma. Naturalmente, a

Comité, ao qual estaria subordinado o diretor, obrigatoriamente de nacionalidade francesa, os estatutos também previam a figura de representantes dos Estados junto do Instituto, o que lhe asseguraria um carácter internacional (RESENDE 2013: 1). Este organismo era constituído por sete secções especializadas: a secção de informação e de imprensa, coordenada por Giuseppe Prezzolini, a secção bibliográfica, dirigida por Gerhard Schultze-Gävernitz, a secção relacionada com os assuntos universitários, liderada por Oskar Halecki, a secção de assuntos legais, encabeçada por José de Villalonga, a secção de artes, liderada por Richard Dupierreux, a secção de literatura, coordenada por Gabriela Mistral, e uma secção de questões gerais, à frente da qual estava Alfred Zimmern (BRZEZIŃSKI 2017: 59).

Itália fascista fora impulsionada por razões de prestígio e de propaganda, estabelecendo uma espécie de organização que competia com o IICI, criado sob a égide da França (BRZEZIŃSKI 2017: 59). O projeto foi elaborado por Alfredo Rocco, que integrava o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual desde 1926, e contou com o apoio do *Duce*, que se comprometeu em financiar a criação e manutenção do novo organismo (TAILLIBERT 1999). Mussolini encarava o cinema como um meio de propaganda, pelo que entendia a criação deste novo instituto, sediado em Roma, como o reconhecimento internacional do seu próprio regime. O Instituto publicou mensalmente, entre 1929 e 1934, uma publicação periódica própria – *The International Review of Educational Cinematography* –, editada em várias línguas, que foi depois substituída pela *Interciné* e, a partir de 1936, pela *Cinema*. Segundo Brzeziński, uma das mais importantes atividades do Instituto foi a organização de um grande congresso internacional em abril de 1934, que reuniu setecentos participantes oriundos de quarenta e cinco países, cujos resultados foram publicados em dois volumes (BRZEZIŃSKI 2017: 66).

A Organização da Cooperação Intelectual Internacional

À medida que a década de 1920 se aproximava do fim, a Europa era sacudida por uma grave crise económica e política, pelo que as dificuldades se avolumaram. Por um lado, recaíram sobre estes organismos inúmeras críticas, sendo todos sujeitos a pressões políticas por parte dos Estados-membros da SDN, que se sobrepujavam muitas vezes aos interesses da cooperação intelectual internacional. Na prática, esta mesma cooperação assumiu-se então, fundamentalmente, como um instrumento de promoção internacional das culturas nacionais, com objetivos de propaganda política (RESENDE 2013: 3, 55). Por outro lado, manter em funcionamento estes organismos exigia custos financeiros muito elevados, que nem os donativos franceses e as contribuições dos vários Estados conseguiam colmatar. As atividades multiplicaram-se e o Instituto não conseguia responder a esta dispersão de funções, que frequentemente encontravam um travão nos vários departamentos que o compunham (BRZEZIŃSKI 2017: 59). O processo burocrático que envolvia a aprovação de resoluções era extremamente complexo e moroso, exigindo a sua aprovação no seio do Comité, seguidamente do Instituto e por fim do Conselho e da Assembleia da SDN. Acresce o facto de também o Secretariado da SDN se ter mostrado desagradado com a autonomia adquirida por parte do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual em relação aos outros órgãos da SDN, enquanto os delegados britânicos acusavam o Instituto de ser um instrumento ao serviço do «imperialismo cultural francês».

A procura de uma solução motivou a reunião em Genebra, entre 18 e 20 de julho de 1929, de uma conferência para discutir a reforma do Instituto, na qual participaram delegados dos vinte e cinco comités nacionais. Houve um consenso em relação à necessidade de agilizar os procedimentos burocráticos e de melhorar a articulação entre o Instituto, o Comité e os comités nacionais (BRZEZIŃSKI 2017: 61). Na sequência das conclusões a que a conferência chegou, o Conselho e a Assembleia da SDN decidiram proceder a uma reorganização da cooperação internacional e aprovaram a criação da Organização da Cooperação Intelectual Internacional (Organization of International Intellectual Cooperation/Organisation de coopération intellectuelle internationale), a 24 de setembro de 1931. Gilbert Murray assumiu a presidência da nova organização, que reunia sob a sua alçada todos os corpos e instituições relacionados com a cooperação intelectual internacional da SDN. Era constituída por dezassete membros com mandatos de cinco anos. No fundo, a criação desta Organização não implicou o desaparecimento dos outros organismos existentes, mas foi pensada para proporcionar uma melhor coordenação entre eles.

As instituições executivas da Organização eram a Secção da Cooperação Intelectual no Secretariado da SDN, o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI) em Paris, o Instituto Internacional do Cinema Educativo em Roma, os comités nacionais para a cooperação intelectual e os comités de peritos nomeados pelo IICI. Em 1926 foi ainda criada a Agência Internacional dos Museus (International Museums Office), por iniciativa de Henri Focillon. O novo organismo deveria ser responsável por proteger, manter e restaurar obras de arte. Em 1931 organizou uma conferência internacional sobre a proteção de monumentos históricos, que decorreu em Atenas. A Agência dava à estampa uma publicação periódica – *Museion* –, publicando igualmente monografias. Três anos antes do início da Segunda Guerra Mundial, em 1936, a Agência começou a preparar uma convenção sobre a proteção de monumentos históricos e obras de arte durante conflitos militares, que não foi adotada devido à eclosão do conflito (BRZEZIŃSKI 2017: 61).

Em abril de 1932 foi igualmente criada a Comissão Internacional de Artes Populares (International Commission on Folk Arts/Commission internationale des arts populaires), na sequência do Congresso Internacional de Artes Populares de Praga de 1928, uma iniciativa da secção de arte do IICI. Verificou-se, no entanto, uma ausência de consenso em relação aos propósitos do novo organismo. Quem a pensou pretendia que fosse uma mera instituição destinada à investigação etnográfica e à coordenação de projetos nesta área, mas a SDN queria que a Comissão Internacional de Artes Populares fomentasse a arte popular dos vários países, com o objetivo de aproximar os povos.

Em março de 1928 foi organizado em Berlim o primeiro congresso de instituições e de organizações de investigação de ciência política, representadas por delegados de vários países. Este primeiro encontro conduziu posteriormente à organização da Conferência de Estudos Internacionais (CEI), que passou a ter lugar anualmente, em diferentes países (RIEMENS 2011: 911-928; LONG 2006: 603-622). Num desses simpósios, em Copenhaga, os delegados que participaram na Conferência de Estudos Internacionais (CEI) concordaram em adotar um programa de projetos de investigação conjuntos que se debruçassem sobre problemas internacionais. Assim, a CEI acabou por se transformar numa instituição de coordenação de projetos internacionais e, em 1934, deu origem à Conferência Permanente sobre Estudos Internacionais (Permanent Conference of International Studies/Conférence permanente des hautes études internationales), sendo financiada pelo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, que tinha igualmente por missão financiar conferências e publicações (BRZEZIŃSKI 2017: 63).

A politização destas instituições tornou-se mais marcante à medida que a credibilidade da SDN era enfraquecida com a invasão da Etiópia pela Itália, da Manchúria pelo Japão ou com o deflagrar de uma guerra civil em Espanha. Isto era especialmente visível no seio do Instituto Internacional do Cinema Educativo, manipulado pelo governo de Mussolini como meio de propaganda para promover a aceitação internacional da invasão da Abissínia em 1935. O Instituto haveria de ser encerrado no final de 1937, depois de a Itália abandonar a SDN.

Os comités nacionais começaram a adquirir cada vez maior autonomia face ao Comité e ao Instituto. Embora o ideal nunca tenha sido abandonado, a verdade é que o ambiente internacional se tornou menos propício e o início de uma nova guerra mundial pôs fim à cooperação intelectual internacional, que só seria retomada no final do conflito, com a criação de uma nova instituição, a UNESCO, que assumiria essas funções (PEMBERTON 2012: 34-50). Grande parte do percurso feito no período de entre guerras seria, no entanto, essencial para a nova organização, que beneficiou muito da experiência das organizações criadas no seio da SDN, como o Comité Internacional de Cooperação Intelectual ou o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual.

A paz mundial através da circulação de conhecimento e de pessoas

Os estudos desenvolvidos nos últimos anos sobre as concretizações da SDN e o modo por que ocorreram, em oposição a uma perspetiva que tradicionalmente enfatizava o fracasso da organização, culminado com o despoletar da Segunda Guerra Mundial, representam uma renovação historiográfica sobre a atividade desta instituição (PEDERSEN 2015; 2006: 560-582; 2007: 1091-1117; SLUGLETT 2014: 413-427;

CLAVIN 2013; CLAVIN; WESSELS 2005: 465-492; GRIGORESCU 2005: 25-42)³. É nesta agenda que se inserem as mais recentes interpretações sobre a importância da cooperação intelectual internacional no seio da SDN, a qual, enquanto instrumento de promoção do entendimento entre os povos, contribuiria para a paz mundial.

Um caso alusivo das teorizações e ações empreendidas neste contexto, concretamente ao nível da cooperação internacional no domínio universitário, consistiu no memorando que Maria Skłodowska-Curie produziu em 1926 no âmbito da atividade do Comité Internacional de Cooperação Intelectual. Advogando que a ciência era essencialmente internacional, a diretora do Institut du Radium de Paris defendia a concessão de bolsas de estudo que permitissem a circulação internacional de investigadores de distintas nacionalidades. A importância desta prática foi exposta pela própria autora do memorando em termos simples:

Aucune initiative ne peut donc avoir plus d'importance que celles qui tendent à établir des liens internationaux entre les éléments pensants les plus actifs de l'humanité, et plus particulièrement entre les éléments jeunes dont dépend l'avenir. C'est dans cet esprit que sera envisagée ici la question des bourses...⁴.

Consagrados ou iniciados na investigação, como sejam os doutorandos, os bolsiros deveriam dispor da liberdade de escolher o centro de estudo de acolhimento, não devendo a mobilidade internacional pressupor a existência de cláusulas relativas à nacionalidade dos mesmos (CURIE 1926: 2-4; cf. também RESENDE 2013: 17). Atendendo a que já em 1923 a Secção de Informação da SDN referia que o contexto de crise que se vivia motivava muitos jovens a procurar carreiras lucrativas, em detrimento da investigação *desinteressada*, a proposta de Maria Skłodowska-Curie representava uma procura de inverter ou, pelo menos, de amenizar essa realidade, conferindo condições materiais a quem se pretendesse iniciar na prática da investigação (SECRÉTARIAT DE LA SOCIÉTÉ DES NATIONS 1923: 16; LAQUA 2011: 243).

As bolsas de estudo internacionais propostas por Maria Skłodowska-Curie complementariam uma prática comum no período entre guerras, quando inúmeras instituições de planeamento e financiamento científico nacional, dos mais

3 Para uma perspetivação da abordagem tradicional sobre a ação da SDN cf. CARR 1940; BENDINER 1975; KISSINGER (2007: 188-411).

4 «Nenhuma iniciativa pode assim ter mais importância do que as que se destinam a estabelecer laços internacionais entre os elementos pensantes mais ativos da humanidade, em particular entre os elementos jovens, dos quais depende o futuro. É neste espírito que se projeta aqui a questão das bolsas...» (CURIE 1926: 1). Cf. também GRANDJEAN (2018: 303-305).

COMMISSION DE COOPÉRATION INTELLECTUELLE

MÉMOIRANDUM DE M^{me} CURIE, MEMBRE DE LA COMMISSION,
SUR LA QUESTION DES BOURSES INTERNATIONALES,
POUR L'AVANCEMENT DES SCIENCES ET LE DÉVELOPPEMENT
DES LABORATOIRES.

I. IMPORTANCE INTERNATIONALE DES ÉTUDES POSTUNIVERSITAIRES.

Je ne consens pas à une profession de foi dans l'importance de la science pour l'humanité. Si cette importance a pu être parfois discutée et si des paroles telles que « la faillite de la science » ont pu être prononcées dans l'attente du désastre, c'est que l'effort de l'humanité vers ses plus belles aspirations est imparfait comme tout ce qui est humain et qui a été souvent dévié de sa route par les forces d'égoïsme national et de régression sociale. C'est pourtant par cet effort journalier vers plus de science que l'humanité s'est élevée au rang si exceptionnel qu'elle occupe sur la terre, vers toujours plus de puissance et plus de bien-être. Dans notre Commission, nous devons être de ceux qui s'inclinent avec ferveur devant l'effort laborieux du penseur et qui, avec Pasteur, « croient inévitablement que la science et la paix triompheront de l'ignorance et de la guerre ».

Si, en effet, l'état d'esprit des intellectuels de divers pays, tel qu'il a été revêtu par la guerre récente, apparaît souvent d'un niveau inférieur à celui de la pensée la plus cultivée, c'est que dans toute puissance réside un danger, quand elle n'est pas disciplinée et canalisée vers les buts supérieurs qui en sont dignes. Aucune initiative ne peut donc avoir plus d'importance que celles qui tendent à établir des liens internationaux entre les éléments pensants les plus actifs de l'humanité, et plus particulièrement entre les éléments jeunes dont dépend l'avenir. C'est dans cet esprit que sera envisagée et la question des bourses à laquelle notre Commission voudra prêter, je l'espère, toute l'attention qu'elle mérite.

Personne ne conteste, je pense, que même dans les pays les plus démocratiques, l'organisation sociale actuelle fait un avantage considérable à la fortune et que les voies qui conduisent vers l'instruction supérieure largement ouverte aux enfants de familles aisées restent d'accès difficile pour les enfants de familles à moyens restreints. Ainsi toute nation perd chaque année une forte partie de la save vitale la plus rare et la plus précieuse. En attendant que les réformes de l'enseignement apportent à cette situation un remède définitif, l'action démocratique dans divers pays a consisté jusqu'à présent à appliquer un remède partiel, par l'organisation de bourses d'enseignement nationales, permettant de recueillir pour l'enseignement supérieur quelques-uns des éléments qui risquent d'être perdus pour elle. Nous n'avons pas à nous occuper ici de ces entreprises de sauvetage national, dignes de tout éloges, quoique insuffisantes, et nous dirons immédiatement que le même problème se présente pour ce qui concerne les études à remettre plus personnellement à la suite de celles d'enseignement supérieur, pour les jeunes gens qui ont réussi à surmonter les difficultés jusqu'à rencontrer.

A cette époque post-universitaire de leur vie, les jeunes étudiants que l'étude de la science se trouve en face de nécessités impérieuses. Le plus souvent, la famille a fait tout ce qu'elle a pu pour conduire le jeune homme ou la jeune fille jusqu'à cette étape et ne pouvant plus faire d'autres sacrifices, leur demande de se suffire. Et même dans les familles aisées, le désir de continuer des études très avancées peut se heurter à un manque de compréhension, évident étant appréciées comme un luxe ou comme une fantaisie injustifiée.

Parfait, quel est en cette matière l'intérêt de la société? Ne doit-elle point favoriser l'évolution de vocations scientifiques? Est-elle donc si riche qu'elle puisse soutenir celles qui viennent s'offrir? Je crois plutôt, d'après l'expérience que j'ai pu acquérir et qui servira de base à ce rapport, que l'ensemble d'utilités exigées par une véritable vocation scientifique est une chose infiniment précieuse et délicate, un trésor rare qu'il est criminel et absurde de laisser perdre, sur lequel il faut veiller avec sollicitude afin de lui donner toutes les chances de réalisation. Évidemment, en effet, quelques-unes des conditions dont dépendra le succès pour l'aspirant à la recherche scientifique indépendante. Les qualités intellectuelles requises sont une

1. L'Institut international de coopération intellectuelle poursuit, sur la question des bourses internationales, une enquête dont les résultats seront publiés ultérieurement.

S. N. 700 (P) 809 IAL: 9-26. Impr. d'Annully.

Publications de la Société des Nations
XII. COOPÉRATION INTELLECTUELLE
1926. XII. A. 12.BNP S.C. 5848¹⁸ A.

estreito desta atividade, verificando-se a adoção de importantes medidas para outras áreas do saber, como as artes. A título exemplificativo, atente-se ao trabalho *La Coopération Intellectuelle et les beaux-arts*, que em 1927 o Institut international de coopération intellectuelle publicou. No respeitante aos museus, entendidos como um instrumento privilegiado de educação, advogava-se a promoção entre si, a nível regional, nacional e internacional, de relações de conhecimento mútuo e entrelaçada, nomeadamente ao nível do intercâmbio e circulação de réplicas de objetos e de fotografias (SOCIÉTÉ DES NATIONS 1927: 12-15). Numa ótica internacional, a concretização desta prática significaria a possibilidade de os diversos países tornarem mais conhecidas no estrangeiro as artes nacionais (RESENDE 2013: 26).

Em última instância, e à imagem da cooperação intelectual em geral, entendia-se:

Étudier les questions qui ont trait à la collaboration internationale en matière de beaux-arts est faire œuvre utile pour l'art, les artistes et le public en général. C'est également servir la cause du rapprochement

diversos Estados-Nação europeus, além de, por exemplo, os EUA e o Canadá, permitiam uma assinalável mobilidade académica internacional e sua consequente repercussão no progresso científico (LOPES 2017; HALLEUX; XHAYET 2007; PUIG-SAMPER MULERO 2007; IRIYE 1997: 3). Os mesmos propósitos de impedir o isolamento académico, no âmbito da SDN, seriam ainda almejados pela criação de um *Index bibliográfico* que identificasse o que existia, a nível mundial, em termos de instituições e publicações periódicas, assim como pelo estabelecimento de permutas internacionais entre bibliotecas, a fim de completar fundos bibliográficos (SECRETARIAT DE LA SOCIÉTÉ DES NATIONS 1923: 19; GRANDJEAN 2018: 263-264).

A ação da SDN ao nível da cooperação intelectual não se pautou, no entanto, por uma vertente estritamente científica ou por um entendimento

international. Contribuer par une meilleure connaissance mutuelle à la pacification des esprits, c'est travailler à la pacification des peuples⁵.

Em termos cinematográficos, e já no âmbito da Organisation de coopération intellectuelle internationale, defendia-se não somente a criação de catálogos de filmes educativos e científicos, como a circulação internacional dos próprios filmes (REYNOLD 1938: 2; GRANDJEAN 2018: 371-372). Esta consciencialização da importância do cinema como instrumento de difusão e pedagógico, associada ao maior conhecimento das diferentes culturas que esta estratégia comportaria, entre outros propósitos, seria coadjuvada pelo recurso à rádio. Em sentido inverso ao ocorrido em regimes como na Alemanha nazi, onde constituía um mecanismo de propaganda, nomeadamente contra o *outro*, a rádio deveria ser um instrumento para a paz. Nesse sentido, propunha-se a divulgação junto das grandes organizações radiofónicas de um boletim regular informativo sobre a atividade da Sociedade das Nações, assim como a elaboração de listas de pessoal qualificado nos diversos países que realizassem exposições radiofónicas sobre questões como a Língua ou as intenções económicas, sociais e culturais de outros Estados-Nação. Ainda num contexto de aproximação cultural propunha-se que as diversas organizações nacionais de radiodifusão criassem e permutassem coleções de gravações sonoras de carácter cultural e educativo, como seja de folclore (REYNOLD 1938: 4-6).

Na associação entre produção de conhecimento e sua disseminação junto da opinião pública desempenhou ainda um papel central a iniciativa privada, na qual se destacou a filantropia Rockefeller. Embora advogando desde a sua criação, em 1913, uma conceção apolítica da sua atividade desenvolvida em prol da humanidade, a Fundação Rockefeller, ao investir fundamentalmente em áreas do saber como a Medicina, a Saúde Pública e a Educação, permitiu identificar uma estratégia política que, almejando o reconhecimento por parte da opinião pública, legitimava, numa última instância, a atividade e legado do seu instituidor – John D. Rockefeller (SIEGMUND-SCHULTZE 2001: 8, 11, 17-20).

Independentemente desta perspetivação, no contexto que nos importa destacou-se o facto de a filantropia Rockefeller, ao intervir na cooperação intelectual internacional promovida pela SDN, densificar a atividade da Liga e a sua relação com os próprios EUA. Se no pós-Primeira Guerra Mundial este país não manifestou predisposição para se imiscuir nos assuntos europeus – intenção

5 «Estudar as questões relacionadas com a colaboração internacional em matéria de belas-artes é contribuir para a arte, para os artistas e público em geral. Significa igualmente servir a causa da aproximação internacional. Contribuir para um melhor conhecimento mútuo para a pacificação dos espíritos é trabalhar para a pacificação dos povos» (SOCIÉTÉ DES NATIONS 1927: 9).



Biblioteca da Sociedade das Nações (Genebra, Suíça)

evidenciada nomeadamente pela recusa do Senado em aprovar o Tratado de Versalhes –, o financiamento da construção da biblioteca da Liga das Nações por parte de John D. Rockefeller, Jr. exprimiu uma orientação distinta da política isolacionista estatal, revelando, por outro lado, a flexibilidade da SDN em permitir, ao nível da cooperação intelectual, a participação de não membros (LAQUA 2011: 229; KISSINGER 2007: 188-211).

Enquanto espaço privilegiado de investigação, a biblioteca não limitava o acesso aos funcionários da Organização, estando aberta ao público em geral e a académicos em particular, nomeadamente a estudantes de relações internacionais. As cartas endereçadas a John D. Rockefeller, Jr., desde cidadãos a título individual a organizações de referência do panorama cultural estado-unidense, permitem apreender a perceção pública do seu avultado investimento na cooperação intelectual internacional. Exemplificativo será a missiva que Raymond B. Fosdick, da firma de advogados Curtis, Fosdick & Belknap, remeteu ao filantropo a 29 de março de 1933:

When I was in Geneva I took occasion, of course, to go all over the new Library building which is slowly approaching completion. Personally, I think they are doing a stunning job and I was tremendously impressed

with it [...]. The very fact that this attempt at Geneva to organize the world on the basis of peace and justice revolves around a great research library is, in itself, enormously significant. I do not think that any similar sum that you have ever spent is going to have a wider influence⁶.

Na mesma linha de pensamento se inscreveram as palavras que Louis Wiley, *business manager* do *The New York Times*, havia dirigido a John D. Rockefeller, Jr. alguns anos antes, em carta de 14 de setembro de 1927:

Your generous gift to the League of Nations was a contribution to the cause of international friendship and peace, and I beg that you will accept this expression of admiration for the vision which prompted you. The purpose of your gift was chosen most happily; you are perpetuating and increasing the world's store of information concerning international cooperation. Peace must finally be built on the foundation of well-informed public opinion⁷.

A realidade afigurava-se, no entanto, mais complexa e a opinião pública, bem como o papel desempenhado pelos intelectuais na transformação da ordem internacional pela cooperação intelectual, dependia dos condicionalismos económicos e políticos, particularmente marcantes na década de trinta (LAQUA 2011: 226). Essa percepção encontrou expressão no relatório que Virgínia de Castro e Almeida, delegada de Portugal no IICI, dirigiu ao presidente da Comissão Nacional de Cooperação Intelectual em junho de 1932, cuja importância justifica a sua transcrição substancial:

É muito para lamentar que em Portugal se conheça tão pouco o trabalho do Instituto, a sua importância que aumenta de ano para ano, a consideração e a atenção com que esse trabalho é acompanhado e auxiliado por tantas nações.

6 «Quando eu estive em Genebra, aproveitei a oportunidade, é claro, de percorrer todo o novo edifício da Biblioteca, que se está a aproximar lentamente da sua conclusão. Acho o projeto maravilhoso e fiquei altamente impressionado com a construção. [...]. O facto de que essa tentativa em Genebra, de organizar o mundo com base na paz e na justiça, gira em torno de uma grande biblioteca de investigação é, só por si, enormemente significativo. Creio que nenhuma quantia semelhante que já tenha gasto venha a ter uma influência maior» (Rockefeller Archive Center. OMR-CI-FA314, Series E-B3-F20-005).

7 «A sua generosa doação à Liga das Nações constituiu uma contribuição para a causa da amizade e paz internacionais. Peço que aceite esta expressão de admiração pela visão que o motivou. O propósito deste seu gesto foi escolhido com grande felicidade; assim, está a contribuir para a perpetuação e o aumento do fundo mundial de informações sobre a cooperação internacional. A paz deve ser construída, em última análise, sobre a base de uma opinião pública bem informada» (Rockefeller Archive Center. OMR-CI-FA314, Series E-B3-F20-001).

É possível que a paixão nacionalista que ultimamente se tem desenvolvido no mundo, e sobretudo na Europa, seja um dos obstáculos levantados em Portugal no caminho de uma participação mais íntima e mais efetiva nos trabalhos do Instituto. Talvez um mau espírito de desconfiança tenha ajudado e tentado justificar a apatia em que nos conservamos. Seria um bom trabalho da nossa Comissão Nacional de Cooperação Intelectual lutar para desvanecer tão descabidas suscetibilidades e criar uma opinião pública favorável ao desenvolvimento da compreensão da ideia internacional no que diz respeito às coisas do espírito. O amor da pátria não se pode atualmente, como em tempos antigos, confinar entre as fronteiras de um país, sem se tornar nocivo à pátria que o inspira. Se os interesses económicos dos povos, hoje tão ligados que é impossível separá-los, não permitem o isolamento a nação alguma por mais rica e poderosa que seja, os interesses intelectuais encontram-se ainda mais estreitamente unidos e confundidos: e nenhum país pode pretender a igualdade com os outros países civilizados se não diligenciar acompanhar o movimento progressivo da inteligência humana em todas as suas manifestações. Essas manifestações multiplicam-se e intensificam-se de dia para dia. O país que por timidez, orgulho ou simples apatia se contente com o que as suas fronteiras encerram torna-se semelhante a um corredor num certame de velocidade que deixando-se distanciar pelos seus concorrentes e desinteressando-se da corrida se achará em breve isolado, tão esquecido e tão ignorado dos outros como se nunca tivesse competido com eles, ainda que durante algum tempo se tivesse conservado a seu lado ou até lhes tivesse levado a dianteira⁸.

Visionária, a sua análise refletia como os nacionalismos exacerbados vigentes nos anos trinta motivavam a desconfiança entre os países e os povos, dificultando ou mesmo impedindo uma verdadeira cooperação intelectual internacional. Na realidade, ao longo dessa década esse objetivo foi progressivamente entendido e convertido por diversos Estados-Nação num instrumento de intercâmbio cultural internacional. Ao visar a difusão e propaganda externa da imagem de um país, a cooperação intelectual internacional ressentiu-se dos propósitos de progresso científico, conhecimento e bem-estar como objetivos conducentes à paz mundial (RESENDE 2013: 76, 81; IRIYE 1997).

8 Refira-se que a transcrição é realizada de acordo com o novo acordo ortográfico (AHD-MNE, 3.º piso, armário 3, maço 16, s.D.N. – Proc.º 19 – Instituto Internacional de Cooperação Intelectual).

Como noutras esferas da atividade da SDN, a experiência foi, contudo, posteriormente capitalizada. No pós-Segunda Guerra Mundial a UNESCO herdou a crença na solidariedade intelectual e moral da humanidade enquanto esteios de uma paz duradora. A esse propósito, e com as devidas diferenças, sobressaíram medidas cujas origens remetiam, pelo menos, à cooperação intelectual no seio da SDN, como sejam o desenvolvimento e cooperação científica, a circulação do conhecimento, a proteção do património e a intervenção no espaço público, que embora já não restringida a uma elite deverá (ou deveria) continuar a assentar fundamentalmente no saber enquanto elemento legitimador do poder.

Fontes arquivísticas

LISBOA. ARQUIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Proc.º 19 – Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, cota: 3.º piso, armário 3, maço 16, n.º 79.

NOVA IORQUE. ROCKEFELLER ARCHIVE CENTER

Carta de Louis Wiley (*The New York Times*) a J. Rockefeller, Jr. sobre a importância do seu investimento na construção da biblioteca da Sociedade das Nações em Genebra, para a paz mundial, OMR-CI-FA314, Series E-B3-F20-001.

Carta de Raymond B. Fosdick, da firma de advogados Curtis, Fosdick & Belknap a J. Rockefeller, Jr., OMR-CI-FA314, Series E-B3-F20-005.

GENEVA. UNITED NATIONS ARCHIVES (LEAGUE OF NATIONS ARCHIVES)

Resolução adotada pela Segunda Assembleia da Sociedade das Nações, aprovando o projeto de nomeação de uma Comissão encarregada das questões da cooperação intelectual, 1921. É expressamente dito que a comissão deverá incluir mulheres.

Lista com os membros nomeados para o Comité Internacional de Cooperação Intelectual, 1922.

Sessão plenária do Comité Internacional de Cooperação Intelectual (Genebra, 1921).

Palais Royal, sede do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual.

Fontes impressas

CURIE, Marie (1926) – *Mémoire de M.^{me} Curie, membre de la Commission, sur la question des bourses internationales, pour l'avancement des sciences et le développement des laboratoires*. Genève: Commission de coopération intellectuelle de la société des nations.

REYNOLD, M. (1938) – *Moyens modernes de diffusion utilisés dans l'intérêt de la paix*. Genève: Organisation de coopération intellectuelle.

SECRÉTARIAT DE LA SOCIÉTÉ DES NATIONS. SECTION D'INFORMATION (1923) – *La Société des Nations et la Coopération intellectuelle*. Genève: Secrétariat de la Société des Nations.

SOCIÉTÉ DES NATIONS. INSTITUT INTERNATIONAL DE COOPÉRATION INTELLECTUELLE (1927) – *La Coopération Intellectuelle et les Beaux-Arts*. Paris: Les Presses Universitaires de France.

Referências bibliográficas

- BENDINER, Elmer (1975) – *A Time for Angels: The Tragicomic History of the League of Nations*. New York: Knopf.
- BRZEZIŃSKI, Andrzej M. (2017) – «The Organization and Forms of International Intellectual Cooperation within the League of Nations (1922-1939)». *Przegląd Zachodni*, vol. 1 (2017), p. 53-70.
- CARR, Edward Hallett (1940) – *The Twenty Years' Crisis, 1919-1939: An Introduction to the Study of International Relations*. London: Macmillan.
- CLAVIN, Patricia (2013) – *Securing the World Economy. The Reinvention of the League of Nations, 1920-1946*. Oxford: Oxford University Press.
- CLAVIN, Patricia; WESSELS, Jens-Wilhelm (2005) – «Transnationalism and the League of Nations: Understanding the Work of Its Economic and Financial Organisation». *Contemporary European History*, vol. 14, n.º 4 (2018), p. 465-492.
- Deuxième Assemblée de la Société des Nations. Organisation internationale du travail intellectuel, 1921*. Disponível em: <http://libraryresources.unog.ch/ld.php?content_id=31405464>.
- GRANDJEAN, Martin (2018) – *Les réseaux de la coopération intellectuelle. La Société des Nations comme actrice des échanges scientifiques et culturels dans l'entre-deux-guerres*. Lausanne: Université de Lausanne. Thèse de doctorat présentée à la Faculté des lettres de l'Université de Lausanne pour l'obtention du grade de Docteur ès lettres.
- GRIGORESCU, Alexandru (2005) – «Mapping the UN – League of Nations Analogy: Are There Still Lessons to Be Learned from the League?». *Global Governance*, vol. 11, n.º 1 (2005), p. 25-42.
- HALLEUX, Robert; XHAYET, Geneviève (2007) – *La Liberté de Chercher: Histoire du Fonds National Belge de la Recherche Scientifique*. Liège: Editions de l'Université de Liège.
- IRIYE, Akira (1997) – *Cultural internationalism and world order*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- KISSINGER, Henry (2007) – *Diplomacia*. 3.ª ed. Lisboa: Gradiva.
- LAQUA, Daniel (2018) – «Internationalism and Nationalism in the League of Nations' Work for Intellectual Cooperation». In M. B. Jerónimo; J. P. Monteiro, ed. – *Internationalism, Imperialism and the Formation of the Contemporary World*. London; New York: Palgrave Macmillan, p. 59-85.
- LAQUA, Daniel (2011) – «Transnational intellectual cooperation, the League of Nations, and the problem of order». *Journal of Global History*, vol. 6, n.º 2 (2011), p. 223-247.
- LONG, David (2006) – «Who Killed the International Studies Conference». *Review of International Studies*, vol. 32 (2006), p. 603-622.

- LOPES, Quintino (2017) – *A europeização de Portugal entre guerras. A Junta de Educação Nacional e a investigação científica*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- NISS, Alexandre; VAÏSSE, Maurice (2006) – *Léon Bourgeois: Du solidarisme à la Société des Nations*. Langres: Dominique Guéniot.
- PEDERSEN, Susan (2015) – *The Guardians: The League of Nations and the Crisis of Empire*. Oxford: Oxford University Press.
- PEDERSEN, Susan (2007) – «Back to the League of Nations». *The American Historical Review*, vol. 112, n.º 4 (2007), p. 1091-1117.
- PEDERSEN, Susan (2006) – «The Meaning of the Mandates System: An Argument». *Geschichte und Gesellschaft*, vol. 32, n.º 4 (2006), p. 560-582.
- PEMBERTON, Jo-Anne (2012) – «The Changing Shape of Intellectual Cooperation: From the League of Nations to UNESCO». *Australian Journal of Politics and History*, vol. 58, n.º 1 (2012), p. 34-50.
- PHAM-THI-TU (1964) – *La coopération intellectuelle sous la Société des Nations*. Geneva: Librairie Droz.
- PUIG-SAMPER MULERO, Miguel Ángel, ed. (2007) – *Tiempos de investigación. JAE-CSIC, cien años de ciencia en España*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- RENOLIET, Jean-Jacques (1999) – *L'UNESCO oubliée. La Société des Nations et la coopération intellectuelle (1919-1946)*. Paris: Publications de la Sorbonne.
- RESENDE, José (2013) – *A cooperação intelectual internacional da Sociedade das Nações e o Brasil (1922-1938): dinâmicas de um processo*. Brasília: Universidade de Brasília. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, área de concentração História Social, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.
- RIEMENS, Michael (2011) – «International academic cooperation on international relations in the interwar period: the International Studies Conference». *Review of International Studies*, vol. 37 (2011), p. 911-928.
- SCHROEDER-GUDEHUS, Brigitte (2014) – *Les Scientifiques et la paix. La communauté scientifique internationale au cours des années 20*. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal.
- SIEGMUND-SCHULTZE, Reinhard (2001) – *Rockefeller and the internationalization of Mathematics between the Two World Wars: documents and studies for the Social History of Mathematics in the 20th Century*. Basel; Boston; Berlin: Birkhauser Verlag.
- SLUGLETT, Peter (2014) – «An improvement on colonialism? The 'A' mandates and their legacy in the Middle East». *International Affairs*, vol. 90, n.º 2 (2014), p. 413-427.
- TAILLIBERT, Christel (1999) – *L'Institut international du cinématographe éducatif: Regards sur le rôle du cinéma éducatif dans la politique internationale du fascisme italien*. Paris: Harmattan.
- WONSCH, Danielle (2004) – «Einstein et la Commission Internationale de Coopération Intellectuelle». *Revue d'histoire des sciences*, tomo 57, n.º 2 (2004), p. 509-520.

